

A MOEDA NA GRÉCIA ARCAICA E CLÁSSICA – SÉCULOS VII A IV A.C.: ARQUEOLOGIA E MUDANÇA CULTURAL*

Maria Beatriz Borba Florenzano**

FLORENZANO, M.B.B. A moeda na Grécia arcaica e clássica – séculos VII a IV a.C.: Arqueologia e mudança cultural. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 14: 67-83, 2004.*

RESUMO: Este texto aborda a mudança cultural na Grécia antiga pelo viés da análise de um documento arqueológico específico, a moeda. O objetivo é demonstrar como a adoção da moeda pelos gregos reflete mudanças políticas, sociais e econômicas importantes e é ao mesmo tempo elemento transformador da sociedade.

UNITERMOS: Numismática grega – Moeda antiga – Moedas gregas.

Pretendo nesta exposição abordar algumas questões relativas à mudança cultural, pelo viés da análise de uma categoria de documento arqueológico que é objeto de minha especialidade, a Moeda. Tentarei demonstrar como a adoção da moeda pelos gregos reflete mudanças políticas, sociais e econômicas importantes e é ao mesmo tempo elemento transformador da sociedade.

A partir da perspectiva da Arqueologia histórica procurarei associar o documento textual ao documento material, valorizando os estudos numismáticos de sorte a calibrar as informações postas à disposição pelos textos antigos e a apresentar uma visão mais acurada do papel desempenhado pela moeda na sociedade grega.

(*) Aula proferida em Concurso Público de provimento de cargo de Professor Titular no MAE/USP em 17 de dezembro de 2004. Algumas correções foram realizadas, mas o tom de aula ministrada foi mantido. Quero crer que a Professora Gilda R. Starzynski gostaria de ter lido este texto e constatado (espero!) algum progresso feito por aquela jovem estudante inexperiente que arguiu no exame de mestrado no ano de 1978.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. florenza@usp.br

Estas são reflexões que me acompanham desde o Mestrado na década de 1970 quando fui introduzida à Arqueologia clássica. A cada ano passado, a cada texto lido, a cada pesquisa realizada, o tema ganha novos contornos em meu pensamento. Esta exposição é a versão mais atualizada deste processo de amadurecimento.

Nela apresentarei, de início, a posição tradicional a respeito da invenção da moeda e de sua adoção pelos gregos, destacando sua validade e suas limitações. Em seguida abordarei três aspectos da metodologia numismática que nos permitem avançar no estudo sobre a moeda na antiguidade grega. São eles: os estudos sobre os sistemas ponderais; os estudos que pontuam os contextos de achados das moedas levando-nos ao conhecimento da circulação monetária e os estudos sobre a iconografia, ou seja, sobre as imagens monetárias.

Quero lembrar que ao tratar da moeda no transcorrer desta exposição, refiro-me ao seu significado mais estrito, ou seja, ao pequeno disco metálico, portador de imagem dos dois lados e com peso controlado, que apenas eventualmente assume a função de dinheiro. Quero lembrar também que em grego *nomisma* é a palavra que designava na

Antiguidade este objeto. Provindo da raiz *nem/nom*, este é um termo que se relaciona a *nomos*, que significa convenção, lei. A nossa palavra *moeda*, assim como nas línguas neolatinas, provém da palavra *moneta*, em latim, que por sua vez vem do verbo *moneo*, que significa alertar, avisar. *Moneta* é um dos atributos da deusa Juno – Juno *Moneta* – que certa vez alertou os romanos com relação a um terremoto. Seu templo ficava no Palatino onde estava a “Casa da Moeda” de Roma.

Tendo feito estes esclarecimentos iniciais, passo agora à apresentação propriamente dita.

Possuímos a respeito da introdução da moeda na Grécia e a respeito de seu uso no âmbito da pólis grega, um sem número de informações que vêm de proveniências e datações variadas: são elas os fragmentos de textos antigos, as inscrições e as próprias moedas com ou sem contexto arqueológico. Isto não significa, no entanto, que o nosso conhecimento a respeito do papel desempenhado por esses pequenos objetos na sociedade grega esteja isento de controvérsias e dúvidas. Mais ainda, apesar da existência desta documentação, a permanência da moeda, redonda, metálica, na

sociedade ocidental interfere em nossa análise desta mesma documentação, levando-nos muitas vezes a conferir às moedas antigas os mesmos atributos que possui a moeda na atualidade.

Dentre os textos antigos que se referem à invenção da moeda, o mais respeitado e coerente é o de Heródoto. Escrevendo em meados do século V a.C., Heródoto explica no livro I, 94, 1 que: “Os lídios foram os primeiros entre os homens, até onde vai o nosso conhecimento, a cunhar e a usar moedas de ouro e prata, e também foram os primeiros a vender mercadorias a varejo”. Com efeito, provém da Ásia Menor, mais precisamente do templo da deusa Ártemis em Éfeso o achado das mais antigas moedas que conhecemos. Estas são moedas fabricadas de eletro – liga natural de ouro e prata – que possuem imagens emblemáticas e inscrições diversas, levando os especialistas a acreditar em várias autoridades emissoras, particulares, como no caso da moeda que traz a inscrição “eu sou o emblema de Fanes”, *fanes sema eimi* (Fig. 1), ou cívicas, como no caso das peças que trazem uma foca, símbolo da cidade de Focéia no norte da Ásia Menor (Fig. 2).



Fig. 1- Estatér de eletro, Ásia Menor, s. VII a.C. Emissão atribuída a 'Fanes'.



Fig. 2 – Estatér de eletro da cidade de Focéia com imagem de foca, s. VI a.C.



Tendo sido inventada nessa região oriental do Mediterrâneo, em uma data em que a maioria dos especialistas concorda em situar entre 630 e 600 a.C., a moeda foi logo adotada como monopólio de Estado pelas incipientes cidades-estado gregas. A cidade de Egina (Fig. 3) começa a emitir moedas no segundo quartel do século VI a.C., seguida de perto pelas cidades de Atenas (Fig. 4) e de Corinto (Fig. 5). É certo que já na segunda metade do

século VI, nos anos 530-520 a.C., inúmeras cidades-estado gregas, no continente, nas ilhas do Egeu, e no Mediterrâneo ocidental, ou seja, nas colônias gregas da Magna Grécia e da Sicília, já batiam com alguma regularidade séries monetárias.

Mas, a que necessidade social atende a moeda? Que mudanças na sociedade provocaram a criação e a adoção da moeda? Que contexto econômico social político acolhe uma invenção de tal porte que permite a um único objeto reunir todas



(X3,5)

Fig. 3 – Primeira emissão de prata da cidade de Egina, 560 a.C.



(X2)

Fig. 4 – Uma das primeiras emissões de prata da cidade de Atenas, c.530-520 a.C.



Fig. 5 – Primeira emissão de prata da cidade de Corinto, c.530-520 a.C.



(X3)

as funções do dinheiro, ou seja: instrumento de troca, meio de pagamento, medida de valor e meio de acumulação de riqueza? Enfim, que tipo de sociedade atribui a um objeto o papel de dinheiro universal, adotando uma noção de valor abstrato, provocando uma mudança fundamental na forma de avaliar bens e serviços?

Aproximadamente cem anos depois de Heródoto, Aristóteles responde a essa pergunta explicando de forma racional, lógica e ‘quase’ natural a introdução e o uso da moeda. Na *Política*, livro II, 1257^a, o estagirita diz que: “... Da permuta deste tipo, porém, originou-se a arte de comerciar; com efeito, essas comunidades, depois de suprir-se mais e mais de produtos vindos de fora, obtendo aqueles de que eram carentes e fornecendo aqueles que lhes sobravam, tinham necessariamente de instituir o uso do dinheiro, porquanto as coisas naturalmente necessárias à vida muitas vezes não são fáceis de transportar; conseqüentemente os homens, para efeito de permutas, pactuaram dar e receber certas substâncias que fossem por si mesmas produtos úteis e fáceis de transportar nas circunstâncias normais da vida definidas de início apenas por seu tamanho e peso, mas finalmente marcadas com um símbolo, de modo a dispensar os usuários da obrigação de pesá-las, pois o símbolo indicava o seu valor”.

Não é preciso detalhar aqui a importância do pensamento aristotélico na construção do saber ocidental, visto que este é um ponto a respeito do qual poucos discordariam. É bom lembrar, no entanto, no contexto que estamos tentando construir a respeito da introdução da moeda, que suas idéias foram repetidas uma e outra vez. No século XVIII, Adam Smith, no capítulo IV da obra “Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, ecoa diretamente a visão de Aristóteles. No século XIX, Marx (*Capital*, 1867, livro I, 1, cap. II, As trocas: 619-630) repete a seqüência explicativa da introdução da moeda feita por Aristóteles. No século XX, John Kenneth Galbraith (1975: 8) usa as exatas palavras de Aristóteles ao afirmar que “o metal era uma coisa difícil de aceitar... as moedas eram uma conveniência notável”. Poderíamos prosseguir citando muitos outros autores mais recentes, economistas, historiadores ou numismatas. Acredito, no entanto, que os autores já citados são suficientemente representativos de uma corrente de pensamento consolidada, fundada na tradição escrita que nos

chegou da antiguidade que mostra a introdução da moeda como um desenvolvimento ‘lógico’ e ‘natural’ da intensificação das trocas comerciais.

Entretanto, como interpretar o fato de que os egípcios que adquiriam inúmeros produtos além de suas fronteiras não tenham conhecido a moeda? Como explicar que as inúmeras cidades-estado mesopotâmicas, a respeito das quais conhecemos não apenas as extensas rotas comerciais que financiavam como também os muitos tipos de transações comerciais internas, como explicar que tal sociedade não tenha empregado um dinheiro universal, não tenha inventado a moeda? Como entender que um povo como os fenícios, que foram conhecidos como os mais ativos comerciantes do Mediterrâneo entre os séculos X e IV a.C. e cujas cidades eram, por excelência, cidades que se sustentavam pela troca, como explicar que os fenícios não tivessem moedas nem mesmo depois de vários séculos em contato com as moedas dos gregos? Como explicar ainda que os etruscos, que eram tão sofisticados e donos de uma civilização urbana complexa e que ainda intermediavam uma enorme rede de comércio de metais entre a Europa do Norte e o Mediterrâneo oriental, nunca tivessem tido necessidade de moedas? Por que enfim, a criação da moeda é um fenômeno social especificamente grego?

O mesmo Aristóteles explica que a moeda tem dois lados (e não apenas materialmente, o anverso e o reverso). No livro V da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles assinala que a moeda, tendo nascido pelo incremento do comércio é também capaz de promover a justiça e a igualdade entre os homens já que a reciprocidade proporcional ocorre por meio do estabelecimento de um padrão que é a necessidade natural dos homens por bens e serviços fornecidos por outros homens. E a sociedade nomeou convencionalmente o dinheiro (*nomisma*, moeda) como o representante dessa necessidade natural e, por isso, ela é adequada ao funcionamento da pólis, da cidade-estado grega. Por outro lado, Aristóteles, percebe que a mesma moeda favorece um comportamento censurável no homem já que propicia o que ele chama de *crematística*, ou seja o acúmulo indefinido de riqueza que não se encontra pautado pela necessidade natural. No livro V da *Política* (1257 b e 1258 a) Aristóteles diz que “A *crematística* parece estar relacionada ao *nomisma*, pois o *nomisma* é o primeiro elemento e o limite do comércio. A riqueza derivada

da *crematística* é ilimitada...”. Mais adiante ele continua “parece necessário haver um limite a toda riqueza, mas na realidade observamos que acontece o contrário, pois todas as pessoas engajadas em enriquecer tentam aumentar o seu *nomisma* ao infinito.”.

Terá tido a moeda estes traços assinalados por Aristóteles desde a sua invenção? Ou teria ela se transformado junto com as transformações sociais ocorridas na Grécia desde fins do século VII a.C. até a época de Aristóteles trezentos anos depois? Terão esses pequenos discos de metal, com peso rigorosamente controlado e imagens carimbadas dos dois lados, preenchido todas as funções do dinheiro abstrato e universal desde a sua introdução na cidade-estado grega como a tradição literária antiga e a bibliografia posterior nos leva a crer? Será, por fim, a moeda uma forma específica de dinheiro capaz – ela mesma – de provocar transformações na sociedade como sugere Aristóteles na *Ética a Nicômaco* e na *Política*?

Com efeito, se acompanharmos o pensamento de Aristóteles, concluiremos que a justiça promovida pela moeda é aquela justiça ideal que o sistema democrático da igualdade política deveria promover. Ora, os dados que possuímos sobre a introdução da moeda revelam que esta foi adotada pelos gregos várias gerações antes da consolidação da democracia, ou seja, no tempo em que o poder político era exercido pelos tiranos. No final do século VII a.C. e durante todo o século VI, as instituições da pólis estavam ainda se consolidando. Estes dois séculos correspondem ao período em que a helenidade estava em construção, em que os legisladores procuravam resolver os problemas criados pela desigualdade da posse da terra, em que se acertavam quais eram os deuses que iam figurar no panteão grego, em que se normatizavam as leis. A moeda, como já assinalava Gernet nos anos 1930 e 1940, fez parte deste esforço de codificação racional geral que produziu uma pólis, como mais tarde a descreveria Aristóteles.

Podemos assim, resolver – teoricamente – o porquê da introdução da moeda entre os gregos. Entretanto, o exame dos milhares de moedas gregas hoje preservadas nas inúmeras coleções, públicas e privadas, pelo mundo ocidental afora ou a análise dos contextos de achado destas moedas, levanta uma série de outros problemas cuja resposta não nos é dada pelas explicações de Aristóteles e nem pela bibliografia posterior. O

encaminhamento das respostas para estes problemas a partir da análise especificamente numismática elucida aspectos importantes do processo de mudança por que passava a sociedade grega e mostra como a introdução da moeda não significou a adoção imediata de trocas racionais entre os homens em detrimento dos relacionamentos tradicionais. Assim, é nossa convicção que o documento numismático pode e deve ser integrado à escrita da história social, econômica e política da Grécia antiga.

O primeiro grupo de questões propriamente numismáticas que queremos tratar aqui, diz respeito aos padrões monetários, ou seja, aos sistemas ponderais. A análise das séries monetárias completas, dos grupos de séries que constituem as emissões monetárias, demonstra o cuidado e a acuidade com que o peso e a pureza do metal de cada exemplar, de cada peça, era controlado. Os estudos metrológicos e metalográficos destas séries remetem-nos diretamente para a questão da fiduciabilidade, elemento indispensável na aferição do avanço e da consolidação do valor abstrato da moeda. É evidente que para realizar todo o seu potencial de valor abstrato, de dinheiro universal, a moeda deve ser fiduciária, valer muito além daquilo que foi gasto com sua matéria-prima e com o trabalho despendido em sua fabricação. Deve possuir, enfim, um valor a ela conferido socialmente, independentemente da matéria com que seja fabricada. Justamente os estudos sobre os padrões monetários – dos pesos e dos metais – apontam para uma tendência constante – até pelo menos meados do século III a.C., portanto, qualquer coisa entre trezentos e quatrocentos anos depois da introdução da moeda – tendência, como dizíamos, de manutenção do valor intrínseco das denominações guias – denominações principais – de cada padrão monetário.

Apesar disto, há registro de que excepcionalmente os tiranos desde o século VI a.C., empreenderam manipulações no peso e na qualidade do metal monetário. Hípias, filho de Pisístrato, famoso tirano de Atenas, ordenou em torno de 515 a.C. a recolha das moedas atenienses em circulação para re-emiti-las com o dobro do valor original (mas não o dobro do peso) (Ps. Aristóteles, *Economicus*, II, 4). Heródoto (III, 56) relata um episódio curioso em que o tirano da ilha de Samos, Polícrates, nos anos 530, depois de quarenta dias enfrentando o sítio dos lacedemônios, os teria enganado oferecen-

do-lhes moedas de chumbo recobertas de uma fina camada de ouro. Esta prática da manipulação do valor das moedas tornou-se freqüente mais tarde no período helenístico, a partir do século III a.C. Então, monarcas e *condottieri* sequeiros de levantar os fundos necessários à composição dos exércitos e armadas mercenárias, promoveram reduções ponderais drásticas nos padrões monetários. É o caso conhecido da redução de um grama do peso dos estateres de prata das cidades do sul da Itália, Tarento, Metaponto, Heracléia e Crotona, quando contrataram Pirro como general para deter o avanço dos romanos em 278 a.C. Mas, antes dessa época, apenas excepcionalmente se promoveu a adulteração do peso ou do metal monetário.

A questão da fiduciaridade da moeda merece um tratamento diferenciado no caso das cidades gregas do Ocidente, isto é das colônias da Itália do sul e da Sicília. Estas *póleis* – como em tantos outros quesitos – trouxeram no tratamento da fiduciaridade monetária uma contribuição fundamental para a construção da identidade helênica. Acredito que a situação especial destas fundações gregas mais recentes, em contato permanente com populações não gregas, propiciou, por um lado, uma absorção de tradições locais e, por outro, a re-afirmação de tradições trazidas das metrópoles gregas, levando estas cidades no caso da fiduciaridade a uma experimentação precoce em relação à Grécia propriamente dita. As primeiras emissões de prata das cidades-estado do Ocidente grego datam da segunda metade do século VI, em torno de 530-520 a.C.. Na Sicília, por volta de 460, várias cidades como Agrigento, Selinonte, Himera, Gela, Siracusa, Leontino e tantas outras possuíam emissões regulares de moedas de bronze que se articulavam às de prata em um único padrão monetário como vemos aqui em moedas de Agrigento do século V a.C. (Fig. 6). A análise dos pesos destas moedas de bronze comparativamente ao peso das moedas de prata demonstrou que elas circulavam juntas. Assim, um único sistema monetário incorpora peças com valor inerente, intrínseco, como as moedas de prata e peças com valor convencional, fiduciário, como a moeda de bronze. Esta inovação introduzida pelos gregos da Sicília em pleno século V a.C. corresponde a uma mudança estrutural no pensamento, mudança que cria uma mentalidade que passa a aceitar a moeda como valor simbólico, que faz a distinção entre aparência e realidade. Como a manipulação de

pesos empreendida pelos tiranos, esta também foi uma experiência excepcional e localizada, já que na maior parte do mundo grego, as moedas de bronze, ou seja, fiduciárias, somente tiveram curso a partir do final do século IV a.C. A maioria das cidades gregas continuou a considerar a prata como o metal monetário por excelência e a considerar as moedas pelo seu valor intrínseco.

O bi-metalismo ou ainda o emprego concomitante de três metais, a prata, o ouro e o bronze, serão introduzidos apenas no final do século IV a.C., já no despontar das monarquias helenísticas. É digno de nota o fato de que os persas, considerados bárbaros para os gregos, emitiam moedas de ouro no século V a.C., assim como os monarcas lídios desde o século VI a.C. Mas, o ouro permaneceu entre as cidades-estado gregas por muito tempo relacionado às trocas com os deuses na forma de oferendas nos templos e santuários e também relacionado às trocas diplomáticas com os estados orientais. É notável o caso da cidade de Atenas que no final da guerra contra os lacedemônios apropriou-se, no desespero, do ouro consagrado à deusa patrona da cidade, para fabricar moedas emergenciais. O episódio não passou despercebido e foi motivo de grande humilhação para a cidade. Aristófanes, por exemplo, na comédia *Pluto*, datada de 388 a.C., representa os criados apostando moedas de ouro no jogo do par ou ímpar. Ou seja, ele faz graça a partir do fato inaudito de que um metal próprio dos deuses perde todo o valor afetivo ao ser manipulado por escravos. A comunidade ateniense, vinte e cinco anos depois da apropriação e ciente da grande humilhação que este fato representava, fez questão de devolver ao templo da deusa todos os bens tomados indevidamente.

Destas reflexões a respeito dos padrões monetários devemos reter por ora a constatação de que, malgrado o registro de manipulações de peso em algumas ocasiões e da existência de uma experiência pontual com a cunhagem de bronze no Ocidente grego, o valor intrínseco das moedas prevaleceu em época arcaica e clássica e o uso da prata como metal monetário era predominante no mesmo período. O potencial da moeda como medida abstrata de valor já estava desenhado, apenas não era posto em prática em todas as situações ou em todo o mundo grego uniformemente.

O segundo grupo de questões que apresentamos na tentativa de cercarmos o nosso objeto e



Fig. 6 – Moedas de prata e de bronze que circulavam juntas, cidade de Agrigento, Sicília, s. V a.C.

suas funções na sociedade grega, diz respeito aos contextos arqueológicos de achado das moedas. Pensando ser a moeda a materialização do dinheiro abstrato e universal, seria fácil imaginá-la encontrada em contextos comerciais, das trocas impessoais nos mercados. Entretanto, com relação à Grécia do período que aqui nos interessa, não é o que acontece. A moeda grega de época arcaica e clássica foi pouco perdida; é rara vez encontrada durante as escavações de contextos urbanos, públicos ou habitacionais. A praça do mercado de Atenas, a agora, por exemplo, que foi sistematicamente escavada pelos norte-americanos desde a década de 1930, rendeu entre as 16000 moedas

encontradas, apenas 84 de época arcaica e clássica. As demais eram, mormente, do período de dominação romana na Grécia. Por outro lado, as escavações registram o achado de tesouros monetários (grupos de moedas retiradas da circulação e enterradas ou guardadas em lugares protegidos) em contextos relacionados aos espaços sagrados, pertencentes às divindades, e são, em especial, santuários ou depósitos e poços em templos. Uma análise dos tesouros monetários provenientes do período arcaico e do início do clássico na Itália do sul, por exemplo, revela que os únicos tesouros com contexto arqueológico preciso eram aqueles encontrados em depósitos votivos

(Stazio 1980: 63). Os estudos sobre as atividades bancárias na Antiguidade grega, por outro lado, demonstram que durante os séculos V e IV a.C., os templos e os santuários eram responsáveis pelos principais depósitos de moedas tanto provindos da administração pública quanto de cidadãos privados. Os textos antigos e as fontes arqueológicas e epigráficas registram também que, muitas vezes, estes templos, além de atuar como instituições de depósitos, se responsabilizavam igualmente por empréstimos com taxas baixas de juros (Bogaert 1968: 279 e ss.). Vários achados monetários também são registrados em santuários. As escavações da Escola Francesa de Atenas, por exemplo, documentou em estratos do templo de Hera em Argos o achado de um bom grupo de moedas, de discos monetários sem utilização e de restos de metais datados todos de contexto do século III a.C. Seriam estes os vestígios de uma oficina monetária dentro do templo ou – talvez com maior probabilidade – o resultado de uma consagração de objetos fora de uso envolvidos na produção de moedas (Hackens 1980: 293-4). Há, com efeito inúmeras inscrições a partir do século V a.C. que registram a consagração (Robert 1962) de bigornas, martelos, cunhos monetários sem uso e quebrados, moedas falsificadas, em templos e santuários. Muitas vezes se encontraram vestígios de caixas de madeira, seladas pela autoridade pública e guardadas em templos contendo este tipo de material (Melville Jones 1993, n. 169; 170; 186; 185; 161; 165; 166; 174; 178; 179; 185). Uma inscrição epigráfica ática datada provavelmente dos anos 370 a.C. e preservada em sua integridade é um exemplo bastante completo da consagração de moedas falsas aos deuses. Nesta inscrição que é um decreto da assembleia de Atenas, todas as moedas falsas encontradas em circulação deveriam ser cortadas ao meio e consagradas à Mãe dos deuses (Stroud 1974: 159). De fato, as escavações realizadas no *Metreon*, templo da mãe dos deuses na agora de Atenas desvelaram uma porção de moedas partidas ao meio.

Aqueles favoráveis a uma posição racional com relação ao uso da moeda entre os gregos certamente afirmarão que os templos e santuários eram lugares mais seguros e por isso esse tipo de material era ali depositado. Entretanto, não é possível escapar do fato de que os gregos pensavam que os santuários eram mais seguros porque a divindade que ali habitava protegia o que a ela

fosse consagrado. O depósito dos instrumentos de fabricação de moedas e as moedas falsas tornavam-se assim incapazes de executar as ações para as quais haviam sido produzidos: os cunhos não mais fabricariam moedas e nem as moedas falsificadas poderiam circular mais. Seu poder ficava neutralizado pela divindade.

O estudo dos achados aleatórios de tesouros de moedas gregas de época arcaica e clássica demonstra que as primeiras moedas não circularam fora de seu âmbito de produção indicando áreas fechadas de circulação. As moedas de cidades siciliotas circularam apenas na Sicília, as das italiotas apenas entre elas; as moedas de Egina, cidade que pelas fontes epigráficas e textuais conheceu o apogeu de seu comércio no século VI a.C., distribuem-se apenas no triângulo Corinto/Rodes/Creta. Os achados monetários de Corinto são também restritos à área vizinha. As únicas regiões que possuem moedas que chegaram mais longe, em quantidades significativas, no Egito, na Pérsia, na Ásia Menor, são as moedas áticas e as da região traco-macedônica. E nestes casos, a explicação vem do fato de serem estas áreas produtoras de prata, e suas moedas terem sido entesouradas nessas regiões longínquas pelo metal que continham.

Finalmente, gostaria de tratar de um conjunto de questões em que venho me aprofundando nos últimos anos e cujo encaminhamento fecha o círculo das razões não econômicas propriamente ditas da moeda grega. São as questões relativas à iconografia monetária, relativas ao significado das imagens monetárias.

Com efeito, ao se tomar uma moeda nas mãos, o que primeiro chama a atenção são as figuras nela estampadas (Fig. 7). Já no século XVIII, o primeiro grande catálogo de moedas gregas, o *Doctrina Nummorum Veterum*, de Joseph Eckhel, utiliza a iconografia como um dos principais critérios de organização das peças. Nas moedas produzidas pelas cidades-estado gregas observa-se, sobretudo, que, diferentemente das moedas romanas, ou das helenísticas, elas jamais trazem a imagem dos governantes. Quando o seu significado é claro para nós, as imagens referem-se principalmente à esfera religiosa ou representam elementos relacionados a características específicas de cada cidade emissora. Assim, a pesquisa da iconografia monetária tem procurado o sentido de cada imagem, de cada emblema na trajetória individual de cada cidade emissora. Surge daqui uma das correntes

interpretativas do sentido da moeda grega que atribui a sua emissão à necessidade de construção de uma identidade política própria. A moeda seria assim, antes de ser um meio de pagamento e uma medida de valor, um instrumento de afirmação da autonomia política da pólis grega. Alguns textos antigos têm sido colocados a serviço desta interpretação, é o caso de um decreto datado do século IV a.C. proveniente da cidade de Sestos no norte da Grécia em que a cidade honra um cidadão que forneceu os recursos necessários para a manutenção da cunhagem da cidade simplesmente para que ela tivesse moedas (Melville Jones 1993: 277). Naturalmente, uma interpretação como esta se apóia igualmente no fato de poucas moedas terem sido encontradas fora das fronteiras da cidade que as emitiu, levando-nos a crer em uma circulação monetária restrita, como mencionamos há pouco.

Ainda que, em nosso entender, seja impossível ignorar as funções precipuamente econômicas da moeda grega em época arcaica e clássica, os estudos aprofundados da iconografia monetária têm demonstrado para essa época a importância da instrumentalização da moeda como veículo de afirmação política da cidade-estado grega, da construção de uma identidade própria em contraposição às identidades das outras cidades-estado rivais. Nesta tomada de posição dois traços culturais marcantes da civilização grega devem ser levados em consideração: em primeiro lugar o caráter

competitivo do desenvolvimento da cultura grega e em segundo lugar a onipresença da religião, impregnando todas as esferas de atividade da vida grega.

Vale dizer que as cidades-estado poderiam bater moedas para afirmar sua identidade diante das demais *póleis* e que o emblema escolhido era aquele que a distinguiu, que marcava a diferença em relação às outras cidades. Vale dizer também que o emblema escolhido era invocativo do passado lendário da cidade, do papel que as divindades haviam tido na fundação da mesma garantindo assim a legitimidade de sua existência. É o que vemos aqui nesta moeda de Atenas que traz a representação da deusa Atena, padroeira principal da cidade que lhe deu o nome e que trouxe o conhecimento do plantio da oliveira (Fig. 7); ou aqui nesta moeda, com a imagem de Zeus cultuado no santuário de Olímpia cujo controle pertencia à cidade de Elis (Fig. 8); ou ainda aqui nesta peça da colônia grega de Heracléia, no sul da Itália, em que Hércules, herói que dá o nome à cidade é figurado em um de seus doze trabalhos, lutando contra o leão de Neméia (Fig. 9).

Entretanto, mesmo considerando estes pressupostos gerais, há uma variedade enorme de imagens que fogem de nossa compreensão e que a metodologia tradicional, presa ao destrinchamento das vicissitudes individuais de cada cidade, não tem dado conta de interpretar. Como entender esta imagem em que uma face humana é representada na



(X3)

Fig. 7 – Representação da deusa Atena em moeda da cidade de Atenas, s. V a.C.



(X3)

Fig. 8 – Representação de Zeus em estatér de Elis, cidade responsável pelo grande santuário de Olímpia, s. IV a.C.



(X3)

Fig. 10 – Dracma de prata da cidade de Agrigento, s. V a.C.



(X3)

Fig. 9 – Representação de Hércules em moeda da cidade de Heracléia, s. IV a.C.



(X3)

Fig. 11 – Tetradracma de prata da cidade de Himera, s. V a.C.

carapaça de um caranguejo? (Fig. 10) ou esta outra em que uma série de elementos se articulam em um conjunto incompreensível para nós: Quem é esta mulher que sacrifica? Quem é este personagem tomando banho em uma fonte? Qual a relação com a mulher que sacrifica? (Fig. 11) E o que faria este gafanhoto pousado em uma espiga de trigo, quando sabemos que os gafanhotos são a praga mais temida de agricultores? (Fig. 12).

Acredito que se ampliarmos o espectro da nossa análise, soltando-nos um pouco da abordagem da imagética monetária de cada pólis individualmente e se aumentarmos o nosso escopo cronológico tentando um estudo das imagens em uma duração mais longa, poderemos romper algumas barreiras da interpretação e ao mesmo tempo discernir mudanças e permanências



(X3)

Fig. 12 – Estatér de prata da cidade de Metaponto com imagem de gafanhoto pousado em espiga de trigo, s. V a.C.

culturais no tratamento e recepção da moeda pela sociedade grega.

Assim, ao analisar as representações de monstros na imagética monetária grega, no seu conjunto e ao longo dos períodos arcaico e clássico, percebe-se claramente o uso de uma imagem emblemática e mágica, de acordo com um substrato religioso comum entre os gregos. Da

mesma forma como as imagens emblemáticas que aparecem nos escudos, nos andartes militares, os monstros nas moedas têm uma função talismânica de re-energização de proteções. Tema este que procurei explorar em dois artigos publicados na década de noventa (Florenzano 1995; 2000). O minotauro – homem com cabeça de touro – tem seu poder fixado em um pedaço de metal que as pessoas podem manusear e até pendurar como amuleto (Fig. 13). A quimera – leão misturado com bode e cobra e que gostava de assolar os campos da cidade de Sicione no Peloponeso – tem seu poder neutralizado ao ser representada nas moedas oficiais da cidade (Fig. 14). E a imagem do grifo torna bem claro que é ele quem guarda as minas da região do Mar Negro, controladas pela cidade de Panticapaeum (Fig. 15).

Em um outro tipo de estudo – Revista Belga de Numismática (Florenzano 2005) – procurei analisar a incidência das representações monetárias de Perséfone na Sicília grega, já que de acordo com a tradição textual que vem desde o século V a.C. esta era a principal divindade desta ilha. O resultado desta pesquisa demonstrou que apesar de ser uma divindade muito cultuada e presente em grandes e pequenos santuários espalhados por toda a Sicília, Perséfone apenas começa a ser representada no último quartel do século IV. Como nesta moeda emitida por Agátocles tirano de Siracusa entre 317 e 289 a.C. (Fig. 16) ou como nesta moeda cunhada sob autoridade de Pirro quando esteve na Sicília



(X2)

Fig. 13 – Estatér de prata da cidade de Knossos com imagem de Minotauro e labirinto, s. V a.C.



Fig. 14 – Estatér de prata da cidade de Sicione com imagem de Quimera, s. V a.C.



Fig. 15 – Estatér de ouro da cidade de Panticapaeum com imagem de Grifo, s. IV a.C.

ajudando os gregos a combater os cartagineses de 276 a 274 (Fig. 17). A conclusão é de que não basta ser uma divindade muito cultuada para aparecer em moedas como prega a metodologia tradicional, é preciso ser a divindade adequada a este tipo de suporte – a moeda. Na Sicília, as ninfas ribeirinhas e das fontes e não Perséfone são as mais adequadas. Como vemos aqui nas representações da ninfa

Arethusa nas moedas de Siracusa (Fig. 18), nesta moeda da cidade de Messana em que a ninfa que dá o nome à cidade aparece conduzindo uma biga de mulas (Fig. 19) ou ainda nesta imagem da ninfa Segesta que dá o nome à cidade de Segesta na Sicília oriental (Fig. 20). São estas ninfas provedoras de água que os sicilianos valorizam por que delas depende a vida neste ambiente distante da Grécia, da terra-mãe. E, cada cidade, individualmente, identifica-se à sua própria fonte. Por outro lado, um desdobramento desta pesquisa demonstrou que imagens secundárias como as de grãos e espigas, e que são símbolos da fertilidade proverbial da Sicília, estão disseminadas pela cunhagem de todas as cidades da ilha, nos séculos V e IV a.C., como vemos nestes exemplares das cidades de Gela, Leontino, Morgantina e Segesta (Fig. 21) ou nesta moeda de Siracusa (Fig. 22). No meu entender, a dispersão destes grãos e destas espigas que são, na verdade, atributos de Perséfone, simbolizam algo que pertence a todas as cidades e não a uma só. Neste sentido, sua dispersão pelas moedas das várias cidades aponta para a construção de uma identidade regional em oposição a uma identidade individualizada de cada pólis. Podemos até mesmo dizer que o trigo identifica as *pólis* gregas da Sicília por oposição às *pólis* da Grécia continental.

A luz destes exemplos, gostaria, à guisa de conclusão, de tecer algumas considerações finais sobre o estudo do material especificamente numismático. Em primeiro lugar, se, por um lado, é preciso aceitar o que nos diz Aristóteles em seu registro da posição ocupada pela moeda na Atenas do final do século IV a.C., por outro lado, a trajetória percorrida por esta instituição grega até chegar a este patamar exposto pelo filósofo não foi uma trajetória homogênea. A moeda grega custou a se desvincular de aspectos afetivos, míticos ou religiosos que por tanto tempo estiveram associados ao emprego dos metais preciosos no Mediterrâneo e que permeavam os relacionamentos e as trocas entre os homens.

Gostaria de sugerir que a adoção da moeda pela sociedade grega ocorreu como expressão material de uma nova concepção de valor, universal e positiva, que tomava corpo no contexto da formação da pólis. A sua cunhagem foi sem dúvida uma invenção irresistível e foi adotada tão rapidamente por tantas *pólis* gregas porque se adequava perfeitamente ao processo mais amplo de codificação iniciado no século VII a.C. ou talvez até no VIII.



(X3)

Fig. 16 – Representação de Perséfone em tetradracma de prata da cidade de Siracusa, s. IV a.C.



(X3)

Fig. 17 – Representação de Perséfone em octóbolo de prata, cidade de Siracusa, s. III a.C.

A moeda potencialmente foi o primeiro dinheiro destinado a todos os propósitos, como diria Polanyi, em oposição aos dinheiros que serviam apenas a finalidades específicas. Com a moeda qualquer bem ou serviço poderia ser avaliado, independentemente de qualquer laço pessoal que viesse envolver os partícipes de uma troca. Lembremos que antes da invenção da moeda existiram outros instrumentos de troca, dinheiros com finalidades específicas, que tinham sua ação limitada a certos tipos de bens e a certas esferas de relacionamento. Mas, esta potencialidade da moeda em servir a todos os tipos de troca, será apenas completada tempos depois de

sua introdução, talvez na época de Aristóteles. Como os poucos exemplos expostos hoje mostram, a moeda permanecerá ainda por um bom par de séculos ligada às relações tradicionais, pautadas pela religiosidade, pela honra, pelo prestígio, enfim. A sociedade grega das épocas arcaica e clássica não era, portanto, uma sociedade em que as trocas racionais imperassem.

A demora na aceitação da fiduciaridade fala a favor desta idéia. A manutenção da prata como metal monetário e do ouro como metal específico para as relações com os deuses nos templos e santuários é também sinal de que a universalidade



Fig. 18 – A ninfa Arethusa em tetradracmas de prata, cidade de Siracusa, s. V a.C.



Fig. 20 – A ninfa Segesta em didracma de prata, cidade de Segesta, s. V a.C.

Fig. 19 – A ninfa Messana conduzindo sua biga de mulas em tetradracma de prata, cidade de Messana, s. V a.C.

da moeda não era totalmente aceita. O uso de templos como bancos, a magia de certas imagens monetárias, a neutralização religiosa de moedas falsas (afinal as moedas falsas poderiam ser refundidas e o metal reaproveitado), a confirmação de identidades políticas por meio das imagens monetárias, todos estes exemplos – enfim – falam a favor de uma moeda ainda impregnada por valores

não racionais vinculados a uma sociedade tradicional em que o relacionamento pessoal dava o tom.

Acredito até que o potencial da moeda em despersonalizar as relações, potencial insuspeitado no início, será realizado muito tempo depois da sua introdução e de forma heterogênea pelo Mediterrâneo. Talvez em Atenas as coisas já estivessem bastante avançadas como não apenas Aristóteles registra, mas como dão a entender os textos de Demóstenes, Lísias e outros oradores do século IV a.C. os quais não teríamos tempo de repassar aqui. Em outras localidades menores e



Fig. 21 – As representações de grãos e espigas de trigo em moedas de cidades da Sicília, s. V a.C.



Fig. 22 – Representação de espiga de trigo em tetradracma de prata, cidade de Siracusa, s. V a.C.

mais isoladas talvez a despersonalização das relações ainda estivesse por vir.

A capacidade da moeda de atuar em um ambiente fortemente caracterizado por relações

tradicional e de, ao mesmo tempo, promover as relações impessoais que poderíamos neste contexto chamar de relações de mercado é o que marca a sua natureza tão ambígua quanto multifacetada.

FLORENZANO, M.B.B. Coins in archaic and classical Greece – VIIth-IVth centuries: Archaeology and cultural change. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 14: 67-83, 2004.

ABSTRACT: This text approaches cultural change in Ancient Greece through the analysis of a specific artifact, coin. Our purpose is to demonstrate that the adoption of coinage by the Greeks mirrors deep transformations in society as a whole. At the same time it is our aim to make clear the way coinage itself soon became an important vehicle for these changes.

UNITERMS: Greek numismatics – Ancient Coins – Greek Coinage.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES
1999 *Ética a Nicômaco*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
1985 *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- HERÓDOTO
1988 *História*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BOGAERT, R.
1968 *Banques et Banquiers en Grèce Antique*. Leyde: A. W. Sijthoff.
- CLAIN-STEFANELLI, E.E.
1965 *Numismatics, an Ancient Science. A Survey of its History*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office.
- FLORENZANO, M.B.B.
1995 Anotações sobre as representações de monstros nas moedas da Grécia antiga. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 223-234.
2000 Roman Currency Bars and the Belief in the Evil Eye. *Proceedings of the XII International Numismatic Congress (1997)*. Berlim, 465-460.
2005 Coins and Religion. Representations of Demeter and of Kore/Persephone on Sicilian Greek Coins. *Revue Belge de Numismatique*, CLI. (prelo)
- GERNET, L.
1948 La notion mythique de la valeur en Grèce. *Journal de Psychologie*: 415-462. Republicado em *Anthropologie de la Grèce Antique*. Paris: Maspero (1968).
- HACKENS, T.
1974 Un atelier monétaire dans un temple argien? *BCH, Suppl. VI, Études argiennes*: 279-294.
- GALBRAITH, J.K.
1975 *Money Whence it came, where it went*. Boston: Houghton Mufflin.
- KRAAY, C.M.; HIRMER, M.
1966 *Greek Coins*. Londres: Thames and Hudson.
- MARX, K.
1965 *Oeuvres. Économie I*. Livro I, 1, cap. II, Les échanges. Paris, Ed. Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, (1867): 619-630.
- MEIKLE, S.
1995 *Aristotle's Economic Thought*. Oxford: Clarendon Press.
- MELVILLE-JONES, J.R.
1993 *Testimonia Numaria*. Greek and Latin Texts concerning Ancient Greek Coinage. vol 1: Texts and translations. Londres: Spink.
- ROBERT, L.
1962 Monnaies dans les inscriptions grecques. *RN*, ser. 6, 4: 18-24.
- ROBINSON, E.S.G.; CASTRO HIPÓLITO, M.
1971 *A Catalogue of the Calouste Gulbenkian*

- Collection of Greek Coins. Part I: Italy, Sicily, Cartage. Tomo II: Plates. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.*
- SNGANS-SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM
AMERICAN NUMISMATIC SOCIETY
1988 Parts 3-5: Sicily I-III. New York.
- STAZIO, A.
1980 Considerazione sulle prime forme di tesaurizzazione monetaria nell'Italia meridionale. *Atti del Congresso Internazionale di Numismatica (1979)*.
Berna: 53-69.
- STROUD, R.S.
1974 An Athenian Law on Silver Coinage. *Hesperia*, 43 (2):157-188.
- WESTERMARK, U.
1977 The fifth century bronze coins of Acragas. *Le origine della moneta di bronzo in Sicilia e in Magna Grecia. Atti del Centro Internazionale di Studi Numismatici*, Nápoles.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2004.